PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado do Piauí

SELEÇÃO PÚBLICA PARA

JUIZ LEIGO

INFORMAÇÕES GERAIS:

- Neste caderno, consta um conjunto de OITO PÁGINAS, contendo (50) CINQUENTA questões;
- **NÃO ABRA O CADERNO ANTES DE RECEBER AUTORIZAÇÃO**

INSTRUÇÕES

- **Verifique se as seguintes informações estão corretas no cartão-resposta:**
- Nome, número do documento de identidade, número de inscrição.
- Se houver erro, notifique o fiscal.
- Nada deve ser escrito ou registrado no cartão-resposta, além de sua assinatura e da marcação das respostas. Para isso, use apenas caneta de corpo transparente, azul ou preta.
- Após ler as questões e escolher a alternativa que melhor responde a cada uma delas, cubra totalmente o espaço que corresponde à letra a ser assinalada.
- As respostas em que houver falta de nitidez ou marcação de mais de uma letra não serão registradas, não pontuando para o candidato.
- O cartão não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado.

CADERNO DE QUESTÕES

- Ao receber autorização para abrir este caderno, verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- O tempo disponível para fazer a prova e preencher o cartão-resposta é de QUATRO HORAS. Nada mais poderá ser registrado após o término desse prazo.
- Ao terminar a prova e a marcação do cartão-resposta, entregue ao fiscal este caderno e o cartão de respostas.
- Nas salas de provas, os candidatos não poderão usar relógio digital, boné ou óculos escuro, nem portar arma de fogo, fumar e utilizar corretores ortográficos.
- Será eliminado da Seleção Pública o candidato que, durante a prova, utilizar qualquer meio de obtenção de informações, eletrônico ou não.
- Será também eliminado o candidato que se ausentar da sala levando consigo qualquer material de prova sem autorização da coordenação do seletivo.

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PIAUÍ

ESMEPI

1. A respeito da personalidade e da capacidade das pessoas naturais, é correto afirmar que:

A) Cessa, para os menores, a capacidade civil pelo exercício de emprego público efetivo ou comissionado.
B) Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até um ano após o término da guerra.
C) Serão registrados em registro público os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação.
D) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade.

2. Sobre os direitos da personalidade, pode-se afirmar que:

A) Pode-se exigir que cesse a ameaça, ou a lesão, a direito da personalidade, e reclamar perdas e danos, sem prejuízo de outras sanções previstas em lei. Em se tratando de ameaça ou lesão a direito da personalidade de morto, terá legitimação para requerer tal medida o cônjuge sobrevivente, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau.
B) É válida, com objetivo científico, altruístico ou financeiro, a disposição gratuita do próprio corpo, no todo ou em parte, para depois da morte. Porém, tal ato de disposição pode ser livremente revogado a qualquer tempo.
C) Para fins de comparação, é lícito o uso, mesmo sem autorização, do nome alheio em propaganda comercial. Recomenda-se que se faça através de pseudônimo, já que este não goza da mesma proteção que se dá ao nome.
D) Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se se destinarem a fins comerciais. Em se tratando de morto ou de ausente, são partes legítimas para requerer essa proteção o cônjuge, os ascendentes ou os descendentes, ou qualquer parente em linha reta, ou colateral até o quarto grau, nos termos previstos no Código Civil.

3. No que pertine aos defeitos do negócio jurídico, pode-se dizer que:

A) Vicia o negócio jurídico a coação exercida por terceiro, ainda que dela não tivesse conhecimento a parte a que aproveite. Neste caso, esta responderá subsidiariamente com aquele por perdas e danos.
B) A coação, para viciar a declaração da vontade, há de ser tal que incuta ao paciente fundado temor de dano iminente e considerável à sua pessoa, à sua família, ou aos seus bens. Portanto, se disser respeito a pessoa não pertencente à família do paciente, não há que se falar em coação, mesmo porque não se considera coação a ameaça do exercício normal de um direito, nem o simples temor reverencial.
C) Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, assume uma obrigação excessivamente onerosa. Aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores vigentes ao tempo em que foi realizado o pagamento do negócio jurídico.
D) Na fraude contra credores, anulados os negócios fraudulentos, a vantagem resultante reverterá em proveito do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores. Se esses negócios tinham por único objeto atribuir direitos preferenciais, mediante hipoteca, penhor ou anticrese, sua invalidade importará somente na anulação da preferência ajustada.

4. Dar ao contrato uma função social, significa considerar que os interesses da sociedade se sobrepõem aos do indivíduo, sem que isso implique, necessariamente, a anulação da pessoa humana, justificando-se a ação do Estado pela necessidade de acabar com as injustiças sociais. Assim, a função social do contrato:

A) Não pode ser considerada uma cláusula geral.
B) Está prevista, de forma expressa, na Constituição Federal.
C) Segundo o texto do Código Civil em vigor, limita a liberdade contratual.
D) Tem previsão legal expressa de ser preceito de ordem pública.

5. Acerca do contrato preliminar, assinale a alternativa correta:

A) Quando não registrado, é eficaz entre as partes, mas não perante terceiros.
B) Deverá ser levado ao registro competente, sob pena de impossibilidade da propositura de ação de adjudicação compulsória.
C) Tem a mesma natureza jurídica e função que as negociações preliminares de um contrato, ou a fase pré-contratual.
D) Inclusive quanto à forma, deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado.

6. O valor que o evicto tem direito a receber é o da data:

A) da aquisição do bem.
B) da propositura da ação que se demandou a propriedade.
C) da citação na ação que se demandou a propriedade
D) da perda da coisa.

7. Se, em razão do vício redibitório, o objeto perecer, o adquirente:

A) pode optar entre ação redibitória e estimatória.

B) somente pode propor ação estimatória.
C) somente pode propor ação redibitória.
D) perde o direito à garantia

8. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, as cláusulas contratuais que impõem fidelização ao consumidor que adquiriu aparelho celular atrelado ao plano de telefonia (RE 1.204.952-DF) são:

A) em regra, legítimas, porque o assinante recebe benefícios em contrapartida à adesão dessas cláusulas.
B) legítimas, porque não há poder técnico ou social neste tipo de contrato, sendo resguardada a isonomia material entre consumidor e fornecedor no caso concreto.
C) defeituosas, sendo possível exigir-se sua anulação, dentro do prazo decadencial legal previsto para reclamar tais defeitos no serviço prestado.
D) espécie de venda casada, sendo vedada neste caso concreto, já que o consumidor não é obrigado a garantir um retorno mínimo de lucro ao fornecedor.

9. Segundo o Código de Defesa do Consumidor, o direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação,

A) decai em 30 dias para produtos ou serviços não duráveis e 90 dias para produtos ou serviços duráveis. Se o vício for oculto, o prazo tem início no momento que ficar evidenciado o defeito.
B) prescreve em 90 dias para produtos ou serviços não duráveis e 180 dias para produtos ou serviços duráveis. Se o vício for oculto, o prazo tem início a partir da entrega efetiva.
C) decai em 90 dias para produtos ou serviços não duráveis e 180 dias para produtos ou serviços duráveis. Se o vício for oculto, o prazo tem início no momento que ficar evidenciado o defeito.
D) prescreve em 30 dias para produtos ou serviços não duráveis e 90 dias para produtos ou serviços duráveis. Se o vício for oculto, o prazo tem início no momento que ficar evidenciado o defeito.

10. O fornecedor de serviços responde pelos vícios de qualidade que os tornem impróprios ao consumo ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária, podendo o consumidor exigir:

A) cumulativamente e à sua escolha, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos e o abatimento proporcional do preço.
B) cumulativamente e à escolha do fornecedor, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos e o abatimento proporcional do preço.
C) alternativamente e à sua escolha, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos e o abatimento proporcional do preço.
D) alternativamente e à escolha do fornecedor, a reexecução dos serviços, sem custo adicional e quando cabível; a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos e o abatimento proporcional do preço.

11. A respeito da oferta, pode-se dizer, nos termos do Código de Defesa do Consumidor que:

A) É proibida a publicidade de bens e serviços por telefone, quando a chamada for onerosa ou não ao consumidor que a origina.
B) O fornecedor do produto ou serviço é subsidiariamente responsável pelos atos de seus prepostos ou representantes autônomos.
C) A oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas, língua portuguesa ou não, sobre suas características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantia, prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores.
D) Os fabricantes e importadores deverão assegurar a oferta de componentes e peças de reposição enquanto não cessar a fabricação ou importação do produto. Mas cessadas a produção ou importação, a oferta deverá ser mantida por período razoável de tempo, na forma da lei.

12. Segundo o Supremo Tribunal Federal, as causas entre consumidor e concessionárias de serviço público de telefonia serão julgadas:

A) pela justiça federal, em todos os casos.
B) pela justiça estadual, em todos os casos.
C) pela justiça federal, quando a ANATEL não for litisconsorte passiva necessária, assistente ou opoente.
D) pela justiça estadual, quando a ANATEL não for litisconsorte passiva necessária, assistente ou opoente.

13. No que pertine a contratos de consumo e o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça,

A) O Código de Defesa do Consumidor não é aplicável à relação jurídica entre a entidade de previdência privada e seus participantes.
B) É ilegítima a cobrança da tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa.
C) Para a repetição de indébito, nos contratos de abertura de crédito em conta-corrente, exige-se a

prova do erro.

D) A renegociação de contrato bancário ou a confissão da dívida não impede a possibilidade de discussão sobre eventuais ilegalidades dos contratos anteriores.

14. No que pertine à execução, segundo o entendimento sumulado pelo Superior Tribunal de Justiça, pode-se afirmar que:

A) É legítima a penhora da sede do estabelecimento comercial.
B) A vaga de garagem, mesmo a que possui matrícula própria no registro de imóveis, constitui bem de família para efeito de penhora.
C) Na execução civil, a penhora de dinheiro na ordem de nomeação de bens tem caráter absoluto.
D) O reconhecimento da fraude à execução independe do registro da penhora do bem alienado ou da prova de má-fé do terceiro adquirente.

15. A teoria imanentista do direito de ação,

A) é reflexo de uma época que não havia consideração do direito processual como ciência autônoma. A ação era o próprio direito material depois de violado, ou seja, a ação era uma face do direito material ou o próprio direito material violado em estado de reação.
B) pressupõe a abstração do direito processual, sendo que a ação deve ser entendida como um direito concreto atual, existente antes do processo. A ação é um poder meramente ideal: um poder de querer determinados efeitos jurídicos .
C) é uma ramificação da teoria concreta do direito de ação. A ação é direito potestativo, como um direito autônomo, diverso do direito material que se pretende valer em juízo. Porém, o direito de ação não é um direito subjetivo, mas dirige-se contra o adversário, correspondendo-lhe a sujeição. A ação configura o poder jurídico de dar vida à condição para a atuação da vontade da lei.
D) dispõe que, embora o direito material seja desvinculado do direito de ação, o primeiro é pressuposto do segundo. Assim, o direito de ação é o direito à sentença favorável, ou seja, uma proteção pública para o direito subjetivo material. Os maiores expoentes dessa teoria foram, dentre outros, Wach, Bulow, Hellwig e Chiovenda.

16. Sobre a disciplina sobre petição inicial prevista no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

A) O nome da ação constitui um de seus requisitos. A ausência gera inépcia da petição inicial e o seu consequente indeferimento.
B) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os seus requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, de plano indeferirá a petição inicial.
C) Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, elas serão consideradas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor. E se o devedor, no curso do processo, deixar de pagá-las ou consigná-las, a sentença as incluirá na condenação, enquanto durar a obrigação.
D) É permitida a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, desde que entre eles haja conexão.

17. A denunciação da lide aplica-se a:

A) quem pretender, no todo ou em parte, a coisa ou direito sobre que controvertem autor e réu.
B) quem detiver a coisa em nome alheio e é demandado em nome próprio.
C) aquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo do que perder a demanda.
D) todos os devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de algum deles, parcial ou totalmente, a dívida comum.

18. Não é causa de suspeição do juiz no processo em que:

A) alguma das partes for credora de seu cônjuge.
B) postula como advogado da parte parente seu em linha colateral até o segundo grau.
C) amigo íntimo da parte.
D) aconselhou uma das partes acerca do objeto da causa.

19. Segundo o art. 5º, inciso XII, da Constituição Federal, "é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, salvo, no último caso, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal". Tal norma pode ser classificada, segundo José Afonso da Silva, em:

A) de eficácia.
B) de eficácia contida.
C) de eficácia limitada.
D) de princípio institutivo.

20. É de competência originária do Supremo Tribunal Federal o julgamento:

A) do litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território.
B) de habeas corpus, quando o coator ou paciente for Ministro de Estado.
C) dos conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.
D) de habeas data contra Ministros do Superior Tribunal de Justiça.

21. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

A) procedimentos em matéria processual.
B) regime dos portos, navegação lacustre, fluvial, marítima, aérea e aeroespacial.
C) trânsito e transporte.
D) jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.

22. Para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de:

A) 10 Vereadores, nos Municípios de até 15.000 (quinze mil) habitantes.
B) 12 Vereadores, nos Municípios de mais de 15.000 (quinze mil) habitantes e de até 30.000 (trinta mil) habitantes.
C) 13 Vereadores, nos Municípios com mais de 30.000 (trinta mil) habitantes e de até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.
D) 14 Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 (cinquenta mil) habitantes e de até 80.000 (oitenta mil) habitantes.

23. Compete privativamente à Câmara dos Deputados, EXCETO:

A) autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
B) proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa.
C) eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.
D) processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade.

24. Assinale a alternativa incorreta, acerca do princípio da legalidade:

A) O brocardo nullum crimen, nulla poena sine lege scripta proíbe a criação de crimes e penas pelo direito consuetudinário.
B) O brocardo nullum crimen, nulla poena sine lege stricta proíbe o uso da analogia no direito penal.
C) O brocardo nullum crimen, nulla poena sine lege certa proíbe incriminações vagas e indeterminadas, ou seja, tipos que não sejam claros ou precisos.
D) Para a posição dominante na doutrina, as normas em branco, mesmo que heterogêneas, são compatíveis com o princípio da legalidade.

25. Assinale a alternativa correta, sobre o crime culposo:

A) Na culpa ex ignorantia o agente prevê o resultado, mas confia que ele não ocorrerá.
B) Na culpa ex lascivia o agente não prevê um resultado que era previsível.
C) A culpa por assimilação, para os partidários da teoria limitada da culpabilidade, dar-se-á na ocorrência de erro evitável sobre os pressupostos fáticos de uma causa de justificação, levando o agente à punição por crime culposo.
D) A lei brasileira não diferencia graus de culpa (leve, grave ou gravíssima), admitindo, inclusive, a compensação de culpa.

26. Assinale a alternativa que representa uma hipótese de extraterritorialidade condicionada:

A) Crimes contra a vida do Presidente da República.
B) Crimes contra o patrimônio da União.
C) Crimes de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
D) Crimes que por tratado ou convenção o Brasil se obrigou a reprimir.

27. Sobre as teorias do dolo, assinale a alternativa incorreta.

A) A teoria da vontade, também chamada de teoria clássica, enfatiza o elemento volitivo do dolo, embora sem prescindir do elemento cognitivo.
B) A teoria da representação, ao contrário da teoria da vontade, enfatiza o elemento cognitivo.
C) A teoria da assunção coloca-se numa posição intermediária entre as teorias da vontade e da representação, exigindo, por um lado, a representação e, pelo outro, no mínimo que a realização do tipo objetiva seja consentida pela vontade.
D) O ordenamento jurídico adotou quanto ao dolo direto a teoria da vontade, e quanto ao dolo eventual a teoria da representação.

28. Acerca dos efeitos da condenação, assinale a alternativa correta:

A) Ocorrerá a perda de cargo apenas quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.
B) Ocorrerá a perda de cargo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.
C) Ocorrerá a perda de cargo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo ainda que inferior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública.
D) Ocorrerá a perda de cargo quando aplicada pena privativa de liberdade por tempo superior a um ano, pela prática de qualquer crime.

29. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I – Predomina na doutrina que os vícios do inquérito policial, como regra, contaminam a ação penal proposta com base no referido procedimento preparatório.

II – O senso comum teórico vem sustentando que o inquérito policial possui valor probatório relativo, pois o juiz não poderá condenar o réu com base exclusivamente no procedimento administrativo informativo.

III- A maioria da doutrina vem admitindo a possibilidade do investigado preso ficar incomunicável por 3 dias, mediante decisão judicial, nos termos do artigo 21 do CPP.

A) Todas as assertivas são verdadeiras.
B) V, V e F.
C) Todas as assertivas são falsas.
D) F, V e F.

30. Assinale a alternativa que retrata princípios da ação penal pública condicionada:

A) Oportunidade, disponibilidade, intranscendência e indivisibilidade.
B) Obrigatoriedade, indisponibilidade, oficiosidade e intranscendência.
C) Obrigatoriedade, indisponibilidade, oficialidade e intranscendência.
D) Obrigatoriedade, disponibilidade, indivisibilidade e intranscendência.

31. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa correta.

I – A prisão em flagrante, como medida precautelar, deve ter uma duração efêmera e, portanto, o juiz ao receber a cópia do auto de prisão em flagrante deverá imediatamente relaxar a prisão ilegal, conceder liberdade provisória, aplicar cautelares alternativas à prisão ou converter o flagrante em preventiva, caso presente os seus requisitos.

II – A súmula 145 do STF prevê que o flagrante provocado pode se configurar como crime impossível, sendo, portanto, ilegal.

III- Os crimes habituais admitem prisão em flagrante, segundo posicionamento pacífico da doutrina.

A) Todas as assertivas são verdadeiras.
B) V, V e F.
C) Todas as assertivas são falsas.
D) F, V e F.

Pedro fora acusado de homicídio doloso e seu advogado requereu o exame de insanidade mental ao longo da primeira fase do rito do júri. Realizado o exame o MM. Juiz sumariante homologou o presente laudo médico, sendo que o advogado de Pedro interpôs o recurso cabível, conforme previsto no CPP, contra a aludida homologação judicial. No entanto, o juiz negou seguimento a referido recurso, por entendê-lo intempestivo. Com base no presente caso, responda as questões de nº 32 e de nº 33abaixo:

32. Qual o recurso interposto para se atacar a r. homologação do laudo médico?

A) Apelação
B) Agravo
C) Recurso em Sentido Estrito
D) Correição parcial.

33. Como o juiz negou seguimento ao recurso interposto da aludida homologação, assinale a alternativa que prevê o recurso cabível contra a decisão do juiz que denegou seguimento ao referido recurso:

A) Recurso em Sentido Estrito
B) Carta Testemunhável
C) Agravo
D) Apelação

34. Sobre a competência do Juizado Especial Cível, assinale a alternativa incorreta:

A) as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo serão da competência do Juizado Especial Cível
B) a ação de despejo para uso próprio não será da competência do Juizado Especial Cível
C) Compete ao Juizado Especial promover a execução dos seus julgados.
D) Compete ao Juizado Especial promover a execução dos títulos executivos extrajudiciais, no valor de até quarenta vezes o salário mínimo.

35. Poderão ser partes, nos processos instituídos pela Lei 9099/95, perante o Juizado Especial Cível:

A) o preso.
B) as pessoas jurídicas de direito público e as empresas públicas da União.
C) a massa falida e o insolvente civil.
D) as pessoas jurídicas qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

36. Assinale a alternativa incorreta, com base na Lei 9099/95.

A) Os atos processuais serão públicos e poderão realizar-se em horário noturno, conforme dispuserem as normas de organização judiciária.
B) Os atos processuais serão válidos sempre que preencherem as finalidades para as quais forem realizados, atendidos os critérios indicados no art. 2º da Lei 9099/95.
C) Apenas os atos considerados essenciais serão registrados resumidamente, em notas manuscritas, datilografadas, taquigrafadas ou estenotipadas. Os demais atos não poderão ser gravados em fita magnética ou equivalente, que será inutilizada após o trânsito em julgado da decisão.
D) Não se pronunciará qualquer nulidade sem que tenha havido prejuízo.

37. Não obtida a conciliação, as partes poderão optar, de comum acordo, pelo juízo arbitral, na forma prevista

na Lei 9099/95. Assinale a alternativa incorreta.

A) O juízo arbitral considerar-se-á instaurado, independentemente de termo de compromisso, com a escolha do árbitro pelas partes.
B) O árbitro será escolhido dentre os juízes leigos.
C) O árbitro conduzirá o processo com os mesmos critérios do Juiz, podendo decidir por eqüidade.
D) Ao término da instrução, ou nos cinco dias subseqüentes, o árbitro apresentará o laudo ao Juiz togado para homologação por sentença recorrível.

38. Sobre a resposta do réu, no Juizado Especial Cível, é correto dizer que:

A) A contestação, que será necessariamente escrita, conterá toda matéria de defesa.
B) Na contestação poderá ser arguida a suspeição ou impedimento do Juiz.
C) Não se admitirá a reconvenção.
D) Não é lícito ao réu, na contestação, formular pedido em seu favor.

39. Assinale a alternativa incorreta, acerca das provas e da instrução no Juizado Especial Civel:

A) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
B) As testemunhas, até o máximo de três para cada parte, comparecerão à audiência de instrução e julgamento levadas pela parte que as tenha arrolado, independentemente de intimação, ou mediante esta, se assim for requerido.
C) Quando a prova do fato exigir, o Juiz poderá inquirir técnicos de sua confiança, permitida às partes a apresentação de parecer técnico.
D) A instrução não poderá ser dirigida por Juiz leigo.

40. Acerca da sentença no Juizado Especial Cível, assinale a alternativa incorreta:

A) A sentença mencionará os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes ocorridos em audiência, dispensado o relatório.
B) Será admitira sentença condenatória por quantia ilíquida, quando genérico o pedido.
C) É ineficaz a sentença condenatória na parte que exceder a alçada estabelecida na Lei 9099/95.
D) O Juiz leigo que tiver dirigido a instrução proferirá sua decisão e imediatamente a submeterá ao Juiz togado, que poderá homologá-la, proferir outra em substituição ou, antes de se manifestar, determinar a realização de atos probatórios indispensáveis.

41. Com base nos enunciados da fazenda pública do Fonaje, assinale a alternativa incorreta:

A) Vencida a Fazenda Pública, quando recorrente, a fixação de honorários advocatícios deve ser estabelecida de acordo com o § 4º, do art. 20, do Código de Processo Civil, de forma equitativa pelo juiz.
B) O sequestro previsto no § 1º do artigo 13 da Lei nº 12.153/09 também poderá ser feito por meio do BACENJUD, ressalvada a hipótese de precatório.
C) De acordo com a decisão proferida pela 3ª Seção do Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência 35.420, e considerando que o inciso II do art. 5º da Lei 12.153/09 é taxativo e não inclui ente da Administração Federal entre os legitimados passivos, não cabe, no Juizado Especial da Fazenda Pública ou no Juizado Estadual Cível, ação contra a União, suas empresas públicas e autarquias, nem contra o INSS.
D) Não é admitido no juizado da Fazenda Pública o julgamento em lote/lista, quando a matéria for exclusivamente de direito e repetitivo.

42. Com base nos enunciados cíveis do Fonaje, assinale a alternativa correta:

A) As causas cíveis enumeradas no art. 275 II, do CPC admitem condenação superior a 40 salários mínimos e sua respectiva execução, no entanto, não será no próprio Juizado.
B) Não se admite o pagamento do débito por meio de desconto em folha de pagamento, mesmo após anuência expressa do devedor.
C) Não é cabível a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, inclusive na fase de execução.
D) Cabe exclusivamente às Turmas Recursais conhecer e julgar o mandado de segurança e o habeas corpus impetrados em face de atos judiciais oriundos dos Juizados Especiais.

43. Com base nos enunciados cíveis do Fonaje, assinale a alternativa incorreta:

A) Contra decisões das Turmas Recursais são cabíveis somente os embargos declaratórios, o Recurso Especial e o Recurso Extraordinário.
B) Somente se admite conexão em Juizado Especial Cível quando as ações puderem submeter-se à sistemática da Lei 9099/1995.
C) As ações envolvendo danos morais não constituem, por si só, matéria complexa.
D) As ações nas quais se discute a ilegalidade de juros não são complexas para o fim de fixação da competência dos Juizados Especiais, exceto quando exigirem perícia contábil.

44. Com base nos enunciados criminais do Fonaje, assinale a alternativa correta.

A) O recurso em sentido estrito é incabível em sede de Juizados Especiais Criminais.
B) A remessa dos autos ao juízo comum, na hipótese do art. 66, parágrafo único, da Lei 9.099/95, exaure a competência do Juizado Especial Criminal, que se restabelecerá com localização do acusado.
C) No Juizado Especial Criminal, o recebimento da

denúncia, na hipótese de suspensão condicional do processo, não deve ser precedido da resposta prevista no art. 81 da Lei 9099/95.

D) A transação penal não poderá conter cláusula de renúncia à propriedade do objeto apreendido.

45. Com base nos enunciados criminais do Fonaje, assinale a alternativa incorreta:

A) O juiz não poderá decidir sobre a destinação dos objetos apreendidos e não reclamados no prazo do art. 123 do CPP.
B) Exceção da verdade e questões incidentais não afastam a competência dos Juizados Especiais, se a hipótese não for complexa (XIII Encontro – Campo Grande/MS).
C) O Conselho da Comunidade poderá ser beneficiário da prestação pecuniária e deverá aplicá-la em prol da execução penal e de programas sociais, em especial daqueles que visem a prevenção da criminalidade (XIV Encontro – São Luis/MA).
D) Verificada a impossibilidade de citação pessoal, ainda que a certidão do Oficial de Justiça seja anterior à denúncia, os autos serão remetidos ao juízo comum após o oferecimento desta.

46. É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar:

A) causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.
B) as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos;
C) as causas sobre bens imóveis dos Estados, Distrito Federal, Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas;
D) as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.

47. Acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa incorreta.

A) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é relativa.
B) O juiz poderá, de ofício ou a requerimento das partes, deferir quaisquer providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
C) Podem ser partes no Juizado Especial da Fazenda Pública como autores, as pessoas físicas e as microempresas e empresas de pequeno porte, assim definidas na Lei Complementar no 123, de 14 de dezembro de 2006;
D) Não haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

48. Nos Juizados Especiais da Fazenda Pública, as obrigações definidas como de pequeno valor a serem pagas independentemente de precatório terão como limite o que for estabelecido na lei do respectivo ente da Federação. E, enquanto não forem publicadas tais leis, os valores quanto aos Municípios serão de até:

A) 40 (quarenta) salários mínimos.
B) 30 (trinta) salários mínimos.
C) 20 (vinte) salários mínimos.
D) 10 (dez) salários mínimos.

49. Assinale a alternativa incorreta, tendo por base a EOAB. São direitos dos advogados:

A) reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer juízo, tribunal ou autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento;
B) falar, sentado ou em pé, em juízo, tribunal ou órgão de deliberação coletiva da Administração Pública ou do Poder Legislativo;
C) examinar, em qualquer órgão dos Poderes Judiciário e Legislativo, ou da Administração Pública em geral, autos de processos findos ou em andamento, mesmo sem procuração, quando não estejam sujeitos a sigilo, assegurada a obtenção de cópias, podendo tomar apontamentos;
D) retirar autos de processos findos, mesmo sem procuração, pelo prazo de quinze dias.

50. Analise as assertivas abaixo, acerca das regras que regem o procedimento da conciliação/mediação a serem observadas pelos conciliadores/mediadores e assinale a alternativa correta:

I - Dever de esclarecer aos envolvidos que atuam vinculados de sua profissão de origem, informando que, caso seja necessária orientação ou aconselhamento afetos a qualquer área do conhecimento poderá ser convocado para a sessão o profissional respectivo, desde que com o consentimento de todos.

II - Dever de assegurar que os envolvidos, ao chegarem a um acordo, compreendam perfeitamente suas disposições, que devem ser exequíveis, gerando o comprometimento com seu cumprimento.

A) V,V.
B) F,F.
C) F,V.
D) V,F.